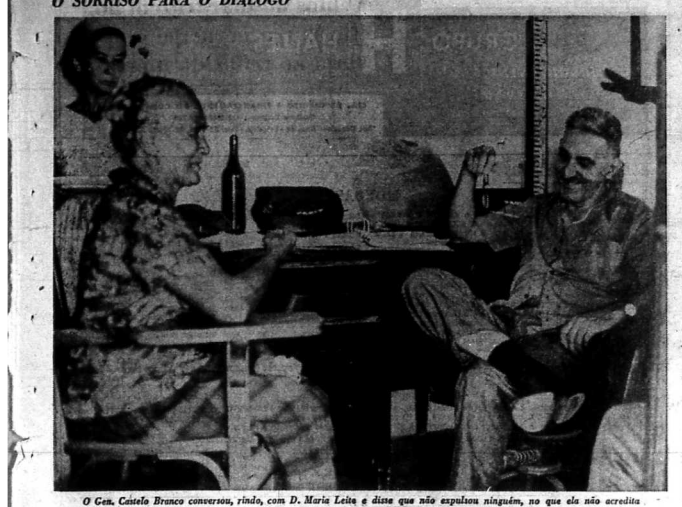
O SORRISO PARA O DIÁLOGO



O Gen. Castelo Branco conversou, rindo, com D. Maria Leite e disse que não expulsou ninguém, no que ela não acredita

O TRABALHO AMEAÇADO

Os lavradores da terra boa de Capivari vivem sob o medo da expulsão para a terra ruim de Papucaia e do barraco no chão

IBRA ameaça agora lavradores de Capivari

Os sucessivos derrubamentos e a queima de barracos de lavradores do Núcleo de Capivari, no Km 16 da Estrada Rio-Petrópolis, e as rondas diárias de soldados da Guarda Rural — comunicando aos lavradores "que abandonem a terra e se apresentem ao pôsto do IBRA para tratar de suas transferências para Papucaia", localidade próxima à cidade de Cachoeiras de Macacu — estão alarmando e deixando os lavradores da região desesperados ante a ameaça de serem despejados à fôrça a partir do dia de Natal, caso não abandonem o local.

A lavradora Maria Pereira Leite, de 63 anos, que já presenciou o derrubamento de mais de seis barracos, vizinhos ao seu, procurou então o encarregado do IBRA para a região, General Airton Castelo Branco, pedindo-lhe proteção para sua lavoura e seus netinhos, mas déle só conseguiu a afirmação de que "o IBRA vai resolver tudo."

DESCRENÇA DE POBRE

A lavradora Maria Pereira Leite entrou na casa em que está instalado o Chefe do Serviço de Levantamento do Núcleo de Capivari, General Airton Castelo Branco, minutos antes da chegada do JORNAL DO BRASIL ao local. Em uma das mãos segurava uma bôlsa, cheia de papéis, na outra um menino de 8 anos, seu netinho.

— Quero ficar em minha casa com meus netinhos, General. O terreno, em que construí a meu barraco e plantei minha lavoura, é meu e do meu genro. Tenho até os papéis aqui para comprovar. Agora, dizem que eu não tenho direito à terra e que os recibos não valem nada; dizem que vão derrubar meu barraco e que terei que abandonar minha lavoura. Isso é verdade, General? — perguntou a lavradora.

— Talvez, respondeu o General Airton Castelo Branco, o terreno tenha dono e ao proprietário cabe o que é seu. Há tempos, os invasores tomavam conta do local e vendiam a vocês. O IBRA vai resolver tudo. Eu só estou aqui para fazer o levantamento das glebas de Capivari e fazer o seu loteamento.

— Mas General, eu não invadi. Eu trabalhei muito minha terra e agora vou ser expulsa? Pobre não tem vez mesmo?

O GENERAL NÃO SABE

Interrogado pelo JORNAL DO BRASIL sôbre o andamento dos processos de transferências dos lavradores, o General Castelo Branco respondeu:

— Não sei de nada. Estou aqui simplesmente para fazer o levantamento topográfico das glebas. O responsável por todos os problemas de Capivari é o General Ubirajara Brandão, que pode ser encontrado na sede do IBRA e lá dispõe melhor de tôdas as informações que os jornais procuram.

— Qual é a área em que o Sr. está fazendo o levantamento topográfico e quais são os locais que vão ser desapropriados? — perguntou-se, então ao General Castelo Branco.

— Bem, êsses dados estão arquivados nesses armários e gavetas, respondeu o General Castelo Branco, mostrando um armário e uma escrivaninha. Mas, aconteceu que as chaves não estão em meu poder. Estão com o meu assessor, que foi à sede do IBRA.

Enquanto o General era entrevistado, a lavradora Maria Pereira Leite olhava para os lados e quando queria interceder, o General pedia-lhe licença para falar sem interrupções.

— Sôbre os locais que vão ser desapropriados, continuou o General, só o Gen. Ubirajara Brandão pode informar porque eu não disponho de meios.

TERRA BOA

Deixando o escritório do IBRA, a lavradora Maria Pereira Leite convidou o JORNAL DO BRASIL para ver o que o IBRA vem agindo para fazer a transferência dos lavradores e para que fôsse constatado in loco tudo o que existe e está sendo destruído.

— Capivari — disse — D. Maria Pereira Leite — é uma terra muito boa. Todo os que cuidam de sua terra têm bons resultados e para provar isso podio mostrar minha lavoura, que apesar de pequena (só tem 3 alqueires), dá de tudo: 1 700 covas de cana, milho, alpim, abacaxi, bananeiras, laranjeiras e outras frutas como maracujá, manga e côco. Isso para não falar dos meus amendoins.

O Núcleo de Capivari fica na Baixada Fluminense, na altura do km 16 da Estrada Rio-Petrópolis, e é considerado um dos locais mais produtivos da Baixada Fluminense. Sua terra é gorda, tem diversas nascentes de água e um clima apesar de quente, bastante favorável à lavoura.

REUNIÕES COMPULSÓRIAS

Depois de mostrar sua lavoura, D. Maria Pereira Leite, que apesar da idade tem muita vitalidade, reuniu seus netos, três crianças de 8, 9 e 10 anos de idade, para mostrar todas as dificuldades que enfrenta para viver, pois não há transporte, alimentação, luz, escola ou hospital pelas redondezas.

— A comida para mim e para as crianças vem uma vez por semana, aos sábados, e é trazida pelo pai dêles, disse a lavradora. E continuou: — Se tiver de sair daqui para ser levada para Papucaia, que além de tôdas as dificuldades daqui não possue uma terra tão boa para a lavoura, estou realmente perdida. Vou ser obrigada a fazer qualquer outra coisa, mas abandonar o que plantei com minhas próprias mãos, jamais! A falsidade dessa gente é tão grande que dá raiva. Há pouco tempo, a IBRA mandou chamar meu genro e êle com que êle pagasse não sei quanto, referente à posse da terra. Agora, êles vêm dizendo que aquêles recibos não valem nada. O General Castelo Branco disse que não sabe de nada sôbre os lavradores. Mentira. Pura mentira. Êle sabe de tudo, principalmente das derrubadas e das roças ocupadas pelos soldados da Guarda Rural que trabalham para êle. Êle soldado escondido até em tocas, próximo aos locais dos despejos e das lavouras destruídas. Quem pensa que isso não é verdade, que venha ver os barracos destruídos pelos soldados. Que venha falar com meus vizinhos e veja os próprios barracos destruídos.

CRIANÇAS AO RELENTO

Andando por picadas no mato, a lavradora foi até a casa mais próxima da sua, que pertence também a uma lavradora, de nome Maria Luiza Ferreira. Junto à casa há também uma pequena lavoura, muito bem cuidada, com diversas árvores já cheias de frutos. Alguns metros adiante, o cenário é completamente o inverso. Onde havia plantações só existem uns restos de troncos queimados. O barraco, feito de sarrafos, barro e armação das paredes de bambu com telhado de sapé, completamente destruído.

A própria lavradora Maria Luiza Ferreira, rodeada pelos 8 filhos, sem marido e que cuida da terra para viver, contou como "a Guarda Rural acabou com a casa do vizinho:

— Ela foi convidada para ir a uma reunião do IBRA, mas como seus filhos estivessem doentes deixou de ir. Quando passou por aqui, disse-me que ia arranjar uns remédios porque as crianças estavam muito doentes. Quando voltou, à tardinha, encontrou seu barraco no chão: as crianças ao relento e a notícia dos vizinhos — "foi a Guarda Rural que acabou com tudo que era seu". Como êsse caso, há mais seis semelhantes.

HISTÓRIA

— Eu sei que dentro do que o IBRA vem fazendo com os lavradores, a próxima posso ser eu, disse D. Maria Luiza Ferreira. E continuou, apontando para a palhoça:

— Não tenho cadeira, nem cama, nem mesa, deito na terra e quando chove é um desastre. Ao redor tenho a minha lavoura. Eu mesmo capino a minha roça e posso dizer que tenho plantado café, cana, bananeira, abacaxi, laranjeira e côco, com muito esfôrço. Dentro de um ano, tudo deve estar produzindo. Agora, a Guarda Rural vier destruir minhas coisas, fico na estrada com meus oito filhos exposta ao sol e à chuva. Sem ter para onde ir ou a quem pedir. O IBRA nos destrói. Os homens do IBRA só escolhem as terras produtivas. As terras que não estão trabalhadas, êles não reclamam, nem dizem que têm outros donos. Ir para Papucaia é como ir para o cemitério, porque lá não vamos poder sobreviver.

O general do IBRA por certo vai apressar minha remoção, mas eu creio que Deus vai me ajudar. A vida me tem sido muito dura, mesmo com todo o trabalho que tenho tido para criar meus filhos. O que a gente sofre, o general não sente. Para êle, parece até que não temos uma doença, que é preciso afastar. Mas, como eu disse — concluiu a lavradora Maria Luiza Ferreira — acredito em Deus e se tiver Govêrno sei que não vou ser injustiçada.

ALEXANDRE DE GUSMÃO

O atual Distrito Alexandre de Gusmão existe desde 1961, quando pertencia ao extinto Instituto Nacional de Imigração e Colonização, INIC, passando mais tarde para o domínio da Superintendência da Reforma Agrária, SUPRA, e finalmente foi entregue ao IBRA, quando do sua constituição, o qual modificou radicalmente sua estrutura, "mudando seus planos e sua filosofia".

O Distrito Alexandre de Gusmão, repositário de ações diretas e intensas da Delegacia Regional do IBRA, tem atualmente 426 famílias ocupando igual número dos seus 1 400 lotes, além dos que pretende ter depois de incorporar áreas vizinhas. Nesta fase, o Instituto pretende transferir para outro local perto de 80, por não atenderem as exigências que faz aos moradores. Que morem no lote, vivendo apenas para êle, sendo familia essencialmente empregada nas atividades agrícolas, de modo que se integrem perfeitamente em seus trabalhos, assistidos por equipes técnicas".

Muitos dêstes moradores que serão eliminados são funcionários públicos que apenas residem no local, sem exercer nenhuma atividade agrícola. O restante dos lotes serão entregues definitivamente a agricultores do Distrito Federal ou imediações, devendo ter, segundo o IBRA, completa assistência técnica, creditícia, educacional, de saúde, e habitacional.

poderão ser aplicadas nos outros locais, o Instituto irá desenvolvendo as mesmas atividades no resto da área prioritária. Dentro desta programação, o IBRA pretende triplicar seus trabalhos, em relação aos atuais, a partir de janeiro.

ALEXANDRE DE GUSMÃO

O atual Distrito Alexandre de Gusmão existe desde 1961, quando pertencia ao extinto Instituto Nacional de Imigração e Colonização, INIC, passando mais tarde para o domínio da Superintendência da Reforma Agrária, SUPRA, e finalmente foi entregue ao IBRA, quando do sua constituição, o qual modificou radicalmente sua estrutura, "mudando seus planos e sua filosofia".

O Distrito Alexandre de Gusmão, repositário de ações diretas e intensas da Delegacia Regional do IBRA, tem atualmente 426 famílias ocupando igual número dos seus 1 400 lotes, além dos que pretende ter depois de incorporar áreas vizinhas. Nesta fase, o Instituto pretende transferir para outro local perto de 80, por não atenderem as exigências que faz aos moradores. Que morem no lote, vivendo apenas para êle, sendo familia essencialmente empregada nas atividades agrícolas, de modo que se integrem perfeitamente em seus trabalhos, assistidos por equipes técnicas".

Muitos dêstes moradores que serão eliminados são funcionários públicos que apenas residem no local, sem exercer nenhuma atividade agrícola. O restante dos lotes serão entregues definitivamente a agricultores do Distrito Federal ou imediações, devendo ter, segundo o IBRA, completa assistência técnica, creditícia, educacional, de saúde, e habitacional.

Experiência-pilôto abrange 134 mil km2

Brasília (Sucursal) — A experiência-pilôto de reforma agrária dentro da área prioritária — abrangendo 134 mil quilômetros quadrados e 49 Municípios mineiros e goianos — do Distrito Federal está sendo executada, com maior concentração de esforços, no Distrito Alexandre de Gusmão, perto do Planalto-Pilôto de Brasília onde o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária planejou a distribuição a agricultores de 1 400 lotes, numa área de 23 mil hectares, que deseja aumentar para 36 mil.

No Distrito Alexandre de Gusmão, composto de 11 núcleos (centros de comunidade) em sua área atual, o IBRA pretende empregar êste mês mais de Cr$ 1 bilhão em obras de infra-estrutura (urbanização, estradas, eletrificação rural e fundação dos edifícios principais). Atualmente a produção agropecuária e das pequenas indústrias do Distrito é deficitária, pretendendo o Instituto superar êste problema já nos primeiros meses do próximo ano.

A ÁREA PRIORITÁRIA

Área prioritária para a reforma agrária do Distrito Federal é ocupada por 39 Municípios mineiros e 10 goianos, além da área da Capital da República, e administrada pela Delegacia Regional de Brasília do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Dentro desta área prioritária, o IBRA — segundo seu Delegado, Sr. Giovani Anisio Alvares — está escolhendo outra, no vale do Rio Urucuia, perto do Distrito Federal, para a construção de outro distrito, como o Alexandre de Gusmão, que deverá ter no mínimo 20 mil hectares. Será também em estudo a escolha de outra área para o mesmo, que poderá ser a atual colônia agropecuária de Paracatu (ainda em Minas), se fôrem acertados os entendimentos que se está processando entre o IBRA e a Comissão do Vale do São Francisco.

Recentemente, foi assinado um convênio entre o Instituto e o Govêrno de Minas Gerais, pelo qual coube ao primeiro a escolha de 5 áreas em território mineiro, para serviram como laboratórios de demonstração. Na escolha das áreas foi observada a escolha das que tivessem problemas comuns, que exigissem, portanto, soluções idênticas. Nestes locais serão realizadas experiências de reforma agrária que irradiem influências positivas aos Municípios vizinhos. A execução dêste plano deverá, segundo o IBRA, realizar modificações radicais no setor agrícola e pecuário do Norte de Minas.

Há poucas semanas, a Delegacia Regional assinou também convênio com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, ABCAR, pelo qual 30 novos escritórios da segunda serão instalados na área prioritária.

PRIMEIRA CLASSE

Até o momento, o IBRA tem procurado planificar suas atividades e a reforma agrária a ser executada na área prioritária, baseando-se para isso na experiência pilôto do Distrito Alexandre de Gusmão, que está transmitindo aos estudos em elaboração resultados de experimentações práticas. Neste Distrito, o Instituto tem mantido intensa atividade, não se poupando recursos na construção de sua infra-estrutura e na assistência educacional, técnica, creditícia e de saúde aos seus moradores.

A medida que forem sendo adquiridas, nesta área, experiências práticas que

Lavrador de Caxias espera julgamento da sua queixa

O lavrador José dos Santos de Oliveira, após ençaminhar suas duas filhas menores e a mulher para a casa de sua mãe, na Penha, resolveu permanecer nas proximidades das terras de que foi expulso pelo General Francisco Saraiva Martins, do IBRA, acompanhado de seus filhos de 14 e 12 anos, aguardando o julgamento da queixa-crime contra o General.

A queixa-crime deverá ser encaminhada no máximo até hoje à Delegacia de Caxias, para que fique estabelecido a expulsão, os danos causados pela Guarda Rural ao despejar os pertences do lavrador e a maneira como a família está vivendo no momento. Existente documento está sendo preparado para ser enviado ao Presidente do IBRA historiando o fato.

DESMENTIDO

O Sr. Válter Polvoleri Ferreira, advogado do lavrador, disse contem que o Procurador-Geral do IBRA, Sr. Délson Pinheiro Curty, faltou com a verdade quando em entrevista ao JORNAL DO BRASIL afirmou que o lavrador José dos Santos Oliveira nunca havia denunciado nenhum órgão qualquer tipo de violência que por estivesse sofrendo.

— Tenho provas de que procuramos por três vêzes o IBRA — afirmou —, logo após as primeiras violências do General Francisco Saraiva Martins, e só conseguimos falar com êle mesmo, em tôdas elas, na última delas em momento foi "lamentar o fato".

Desmentiu também o advogado a informação de que não existe processo sôbre o caso, no IBRA, dizendo-se portador de protocolos de quatro processos: S 237, de 1963, endereçado ao INIC, em que o lavrador pedia que fôsse demarcada a área do sítio e estimulado o preço das terras; S 463, de 1963, da SUPRA — substituta do INIC — reiterando o pedido; 4 122, de 1964, também da SUPRA, reiterando novamente o pedido; e, 11 948, encaminhado ao IBRA, relatando os processos anteriores e reformulando o pedido.

Caso foi ao Est. do Rio porque o seu fôro é lá

O interdito possessório requerido na 4.ª Vara da Fazenda da Guanabara pelo lavrador José dos Santos Oliveira — que está sendo expulso de suas terras em Caxias pelo General Francisco Saraiva Martins, do IBRA — foi remetido à Justiça do Estado do Rio, "pois o caso é nitidamente da competência da Justiça fluminense", segundo informações do cartório da 4.ª Vara.

O mesmo informante revelou que o Juiz Dílton Navarro Dias não poderia ter deferido o advogado do lavrador que a remessa do processo para o Estado do Rio era uma manobra protelatória, pois "a ação fôra mal requerida aqui na Guanabara e só poderia ser julgada pela Justiça do Estado onde estão se desenrolando os fatos".

CULTIVOU MESMO

O funcionário que prestou as informações revelou que o lavrador José dos Santos Oliveira não apresentou nenhum título de propriedade das terras que ocupava e que apenas declarou que o Juiz lhe disse ordem para ficar no terreno até que o IBRA lhe indenizasse pelas benfeitorias realizadas.

Presidente do IBRA vai explicar ação do general

O Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Sr. Paulo de Assis Ribeiro, deverá hoje, às 14h30m, na sede do órgão, na Rua Santo Amaro, 28, uma entrevista coletiva à imprensa, para esclarecer a orientação do IBRA sôbre denúncias feitas pelos lavradores que vêm sendo feitas pelo General Francisco Saraiva Martins.

Delegacia de S. Paulo só faz cadastramento

São Paulo (Sucursal) — A Delegacia do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária em São Paulo mantém, no momento, em funcionamento, apenas a sua Seção de Cadastramento e só dêpois que tôdas as propriedades rurais do Estado estiverem cadastradas é que as demais seções e departamentos começarão a atuar.

As informações foram prestadas ontem pela própria Delegacia, que adiantou nada saber, oficialmente, sôbre processos de desapropriação de terras em áreas ilitorâneas, em São Paulo. Isso porque tôda essa parte está afeta diretamente à direção central do IBRA, no Rio de Janeiro.

Masson lamenta que Sodré aproveite até os erros que êle cometeu sôbre JB

O jornalista Nonato Masson declarou ao JORNAL DO BRASIL ter ficado surprêso ao encontrar, sem qualquer referência ao seu nome, trechos da história dêste Jornal, "alguns simplesmente copiados", de sua autoria, na *História da Imprensa Brasileira*, de Nélson Werneck Sodré, lançada ontem pela Civilização Brasileira.

—A obra é digna de elogios, mas tenho pessoalmente a lamentar que o autor fôsse tão pouco cuidadoso, a ponto ce embarcar, mesmo quando não devia, em minha canoa. Até certos equívocos — por mim cometidos, na época em que escrevi a matéria sôbre a história do JORNAL DO BRASIL, são transcritos em vez de corrigidos.

SUPLEMENTO

— Durante muitos anos perquiri os fatos ligados ao JB e passei quase todo o ano de 1960 folheando as coleções do Jornal, desde o seu primeiro número, de 9 de abril de 1891, analisando coluna por coluna, fôlha por fôlha, exemplar por exemplar, sendo o resultado dêsse trabalho publicado num suplemento comemorativo, de oito páginas, que circulou a 9 de abril de 1961, data do seu 70.º aniversário — acentuou Nonato Masson.

— Revelações tais como a primeira tiragem do JORNAL DO BRASIL sôbre a máquina que primeiro o imprimiu, sua compra por Rui Barbosa, o primeiro corpo redacional, o porquê do lançamento do Jornal a 9 de abril, a descrição gráfica de seus primeiros números, as ocorrências internas da emprêsa nos seus primeiros anos de funcionamento e muitos outros fatos que só foram revelados no Suplemento dos 70 anos do JB estão transcritos no livro do Sr. Werneck Sodré, sem qualquer alusão ao autor da pesquisa — frisou Masson.

Entretanto o jornalista Nonato Masson que o escritor Werneck Sodré nos capítulos **A Grande Imprensa, Imprensa Política e Imprensa Burguesa** destaca o JORNAL DO BRASIL, em estudos que vão da página 393 à 487, "tendo utilizado para isso, naturalmente, o Suplemento dos 70 anos do JB, chegando mesmo a reescrever certos trechos, com o que poderia fazer passar como sendo realmente suas as informações".

Revelou o jornalista Nonato Masson que antes do seu trabalho, publicado pelo JB a 9 de abril de 1961, em suplemento especial, apenas duas obras ofereciam informação sôbre êste Jornal: *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, de Luís Edmundo, e os três volumes sôbre imprensa das *Obras*, de Rui Barbosa, editadas pela Casa de Rui Barbosa.

— Luís Edmundo dedica uma página sôbre a atividade na redação do JB no começo do século e a Casa de Rui Barbosa editou, em três volumes, os editoriais escritos no JB pelo seu patrono — diz Nonato Masson, acentuando que, por isso, não foi fácil escrever a história dêste Jornal, "sendo desalentador ver todo êsse esfôrço usurpado por um historiador da fama do Sr. Werneck Sodré, sem qualquer menção ao verdadeiro autor da história".

Informou o jornalista Nonato Masson que a história do JB, que escreveu em 1961 e foi divulgada em suplemento do Jornal, está composta numa oficina gráfica, podendo vir a ser publicada em livro, "sendo do desagradável, já que vários trechos estão copiados na *História da Imprensa no Brasil*, divulgar o que pesquisei e outro se apressou a publicar em livro".

Projeto sôbre número de deputados foi manobra de um grupo de derrotados

A apresentação do projeto determinando o aumento do número de deputados para a próxima legislatura foi o resultado da manobra de um grupo de candidatos derrotados na última eleição, aproveitando-se de um ponto-de-vista defendido há muito tempo pelo Deputado Sousa Marques, autor do projeto.

Na Assembléia Legislativa chegou ontem a informação de que um grupo de suplentes dos dois partidos constitui advogado, o Sr. Cândido de Oliveira Neto, para impetrar mandado de segurança a fim de que seja votado o projeto apresentado pelo Deputado Sousa Marques.

AUTOR JUSTIFICA-SE

O Deputado Sousa Marques, reeleito para a próxima legislatura, justificou ontem da tribuna da Assembléia a apresentação do projeto, afirmando que iria repetir um discurso pronunciado no dia 4 de outubro último, "e todos poderão certificar-se da coerência com que tenho-me havido nesta Casa desde 1950".

Disse antes o Deputado Sousa Marques que "não sou leviano, não trato de assuntos sérios levianamente. Se a Casa não cumprir seu dever, se a Casa não corresponder ao que pretendo, fico na minha posição de cabeça erguida, mas não deixarei ninguém humilhar-me".

A seguir leu o discurso pronunciado antes da eleição em que defendia o cumprimento da Constituição Estadual, que em seu Artigo 4.º manda reelaborar o número de Deputados de acôrdo com a existência no Estado. Ao terminar disse que espera a apresentação de um substitutivo da Comissão de Justiça, "como aconteceu em 1962, mandando que êsse aumento passe a vigorar em 1971. Não é de hoje êste meu pontode-vista, mas desde outubro".

Na reunião da próxima quarta-feira a Comissão de Justiça deverá determinar o arquivamento do projeto, não por inconstitucionalidade, mas por ser inoportuno.

O Presidente da Assembléia, Deputado Amaral Peixoto, afirmou ontem que tem a certeza de que a Comissão de Justiça proporá o arquivamento da proposta e somente por impossibilidade regimental a Presidência e a Mesa Diretora não tomou a iniciativa.

SEM CONDIÇÃO

Na Assembléia é quase geral o desagrado pelo projeto de manda aumentar em 13 vagas o número de deputados para a próxima legislatura. Quase todos o consideram inconveniente, inoportuno e capaz de expor a Assembléia a novas críticas da opinião pública, pois ela estará legislando em causa própria. Já que muitos dos deputados não conseguiram renovar seus mandatos.

A ARENA, através do líder Oswaldo Nêto, manteve sua posição anterior contrária a qualquer alteração na representação, e a Comissão, admitindo apenas que o problema seja revisto a partir de 1971 para vigorar em 1970.